



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADA NOS DIAS 09 e 10 DE SETEMBRO DE 2021

1 Nos dias nove e dez de setembro de dois mil e vinte e um, na plataforma *Microsoft Teams*, foi
2 realizada a 24ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH.
3 Estiveram presentes na reunião as conselheiras e os conselheiros: Dia 09: Ailton Benedito de Souza
4 (MPF); Antônio Fernandes de Jesus Vieira – Dinamam Tuxá (APIB); Darci Frigo (DHESCA
5 BRASIL); Eduardo de Carvalho Mota (MNMMR); Eduardo Miranda Freire de Melo
6 (SNPG/MMFDH); Elisabeth Villela Costa (FNDC); Eneida Canêdo Guimarães dos Santos (UBM);
7 Everaldo Bezerra Patriota (OAB); Flávia Moreira Guimarães Pessoa (CNJ); Getúlio Vargas de
8 Moura Júnior (CONAM); Deputado Helder Salomão (Câmara dos Deputados – Minoria); Joselito
9 de Araújo Sousa (PF); Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (SNPG/MMFDH); Leandro Gaspar
10 Scalabrin (ANAB); Marcelo Chalhó (OAB); Márcia Regina Ribeiro Teixeira (CNPNG); Maria das
11 Graças Bezerra (ANCED); Mônica de Alkmim Moreira Nunes (MNDH BRASIL); Paulo Tavares
12 Mariante (ABGLT); Rogério Giannini (CFP); Sandra Maria da Silva Andrade (CONAQ); Virgínia
13 Dirami Berriel (CUT); Yuri Michael Pereira Costa (DPU). Dia 10: Ailton Benedito de Souza
14 (MPF); Darci Frigo (DHESCA BRASIL); Eduardo de Carvalho Mota (MNMMR); Eneida Canêdo
15 Guimarães dos Santos (UBM); Everaldo Bezerra Patriota (OAB); Getúlio Vargas de Moura Júnior
16 (CONAM); Deputado Helder Salomão (Câmara dos Deputados – Minoria); Joselito de Araújo
17 Sousa (PF); Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (SNPG/MMFDH); Leandro Gaspar Scalabrin
18 (ANAB); Marcelo Chalhó (OAB); Márcia Regina Ribeiro Teixeira (CNPNG); Maria das Graças
19 Bezerra (ANCED); Paulo Tavares Mariante (ABGLT); Rogério Giannini (CFP); Vivian Oliveira
20 Mendes (UNISOL BRASIL); Virgínia Dirami Berriel (CUT); Yuri Michael Pereira Costa (DPU).

21

22 **Abertura da 24ª Reunião Extraordinária – Presidente Yuri Costa.** O Presidente Yuri Michael
23 Pereira Costa iniciou a reunião cumprimentando a todos e desejando boas-vindas aos conselheiros e
24 às pessoas que estão acompanhando a reunião pelas redes sociais. Registrou o agradecimento à
25 presença das interpretes de libras. **Informes e Orientações Gerais – Presidente Yuri Costa:**
26 Dando sequência, informou que, no dia 13 de agosto, o CNDH, através da Comissão de Direitos
27 Humanos e Minoria, participou de audiência pública com a Câmara dos Deputados para tratar sobre
28 a Instituição Nacional dos Direitos Humanos (INDH), na qual houve um reforço muito relevante do
29 reconhecimento pelo Congresso Nacional do CNDH enquanto INDH. Destacou os avanços na
30 elaboração de estudos técnicos sobre os impactos no direito humano à saúde causados pela Covid-
31 19, que envolve diferentes instituições. Registrou que o CNDH foi provocado pelo MMFDH para
32 contribuir com informações para elaboração do relatório da Comissão Interamericana dos Direitos
33 Humanos (CIDH) 2021, informando que será elaborada uma manifestação do CNDH que será
34 encaminhada diretamente à CIDH com cópia para o MMFDH. O Conselheiro Antônio Fernandes
35 de Jesus Vieira – Dinamam Tuxá notificou que está acompanhando o Acampamento da 2ª Marcha
36 Nacional das Mulheres Indígenas, relatando foram coagidos e decidiram não realizar a marcha para
37 que não haja nenhum incidente. Solicitou que o CNDH elaborasse uma nota de repúdio contra o
38 retrocesso posto contra os povos indígenas. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa afirmou que o
39 tema será pautado pelo Conselho, todavia, aguardarão as informações de detalhamento dos
40 incidentes pela APIB. Continuando os informes, apresentou o ofício encaminhado pela Associação
41 Nacional de Procuradores da República (ANPR) registrando o interesse de contribuir com os
42 debates e reuniões do CNDH e indicando os nomes de associados para participar de algumas
43 comissões, sem prejuízo de indicação futura de outros representantes. Questionou se haveria alguma
44 oposição em relação à solicitação e não havendo, foi aprovada a participação da ANPR nas reuniões
45 do CNDH. Em seguida, apresentou a proposta de relatório de denúncias recebidas. O Conselheiro
46 Eduardo Miranda Freire de Melo sugeriu incluir um *link* com os documentos encaminhados para
47 consulta no relatório, sendo esclarecido que a Secretaria Executiva do CNDH analisará a sugestão.
48 O Presidente Yuri Michael Pereira Costa propôs realizar um destaque ao relatório final da Missão
49 de Jacarezinho/RJ a partir das 16h na parte dedicada às pautas emergentes, o que foi acatado.
50 **Aprovação da Ata da 22ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos**
51 **Humanos – Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa solicitou que a

52 Secretaria Executiva realizasse a exposição da Ata, questionando se haveria alguma observação a
53 ser realizada. A Conselheira Karoline Aires Ferreira Vasconcelos realizou algumas observações,
54 solicitando que a Ata fosse apreciada posteriormente para que possa apresentar as sugestões de
55 inclusão. Diante a solicitação, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa propôs que a aprovação da
56 Ata seja realizada no início do segundo dia de reunião para o envio das propostas de alteração dos
57 trechos indicados, o que foi aprovado. **Referendo de Notas Públicas do Conselho Nacional dos**
58 **Direitos Humanos - CNDH: (i) em repúdio à declaração do Ministro da Educação, Milton**
59 **Ribeiro, que defendeu o ensino universitário “para poucos” - Processo SEI**
60 **00135.218249/2021-87 - Presidente Yuri Costa:** Apresentada a referida Nota, o Presidente Yuri
61 Michael Pereira Costa questionou se haveria alguma consideração e não havendo, colocou-a em
62 processo de votação, sendo aprovada por maioria, com o registro dos seguintes votos favoráveis:
63 OAB, CNPG, PF, MNDH, CONAQ, UBM, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, CFP,
64 ABGLT, DPU. Contrário: MMFDH. **(ii) em defesa da Educação Especial na Perspectiva da**
65 **Educação Inclusiva e contra o capacitismo propagado pelo Ministro da Educação, Sr. Milton**
66 **Ribeiro - Processo SEI 00135.219566/2021-11 – Presidente Yuri Costa:** Apresentada a referida
67 Nota, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa questionou se haveria alguma consideração e não
68 havendo, colocou-a em processo de votação, sendo aprovada por maioria, com o registro dos
69 seguintes votos favoráveis: OAB, CNPG, MNDH, CONAQ, UBM, CUT, FNDC, ANAB,
70 DHESCA BRASIL, CFP, ABGLT, DPU. Contrário: MMFDH. **(iii) em Defesa da Democracia -**
71 **Processo SEI 00135.220056/2021-96 - Presidente Yuri Costa:** Apresentada a referida Nota, o
72 Presidente Yuri Michael Pereira Costa questionou se haveria alguma consideração e não havendo,
73 colocou-a em processo de votação, sendo aprovada por maioria, com o registro dos seguintes votos
74 favoráveis: OAB, CNPG, MNDH, CONAQ, UBM, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL,
75 CFP, ABGLT, DPU. Contrário: MMFDH. O Conselheiro Marcelo Chalréo sugeriu o CNDH
76 comunique a CIDH que os alertas realizados referentes ao Dia 7 de Setembro se materializaram e
77 continuam se materializando, destacando que poderão ocorrer consequências imprevisíveis. O
78 Presidente Yuri Michael Pereira Costa sugeriu que a questão fosse inserida no contexto das
79 deliberações da pauta das 14h, o que foi acatado. **Referendo de Recomendações do CNDH: (i)**
80 **Recomendação nº 32, de 30 de agosto de 2021, que recomenda a rejeição do Projeto de Lei de**
81 **Conversão nº 17/2019 (PLV nº 17/2019) - Processo SEI 00135.219750/2021-61 - Presidente**
82 **Yuri Costa:** Apresentada a referida recomendação, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa

83 questionou se haveria alguma consideração e não havendo, colocou-a em processo de votação,
84 sendo aprovada por maioria, com o registro dos seguintes votos favoráveis: PF, Câmara dos
85 Deputados – Minoria, OAB, CNPG, MNDH, CONAQ, UBM, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA
86 BRASIL, CFP, ABGLT, DPU. Contrário: MMFDH. **(ii) recomendação conjunta CNDH,
87 MNPCT, DPU e SMDH nº 01, de agosto de 2021, que recomenda a adoção de diversas
88 medidas para reversão do quadro de violações de direitos identificado durante visita à
89 Unidade Prisional Feminina em São Luís do Maranhão, realizada em 15 de julho de 2021 -
90 Processo SEI 00135.215420/2021-04 – Presidente Yuri Costa:** Apresentada a referida
91 recomendação, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa questionou se haveria alguma consideração
92 e não havendo, colocou-a em processo de votação, sendo aprovada por unanimidade, estando
93 presentes: PF, Câmara dos Deputados – Minoria, OAB, CNPG, MNDH, CONAQ, UBM, CUT,
94 FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, CFP, ABGLT, DPU, MMFDH. **Posicionamento do CNDH
95 quanto à publicação de seus atos no Diário Oficial da União, dando retorno à manifestação da
96 SNPG/MMFDH sobre o assunto - Processo SEI 00135.210473/2021-21 – Presidente Yuri
97 Costa e convidado: Conselheiro Everaldo Patriota:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa
98 registrou que a Secretaria Executiva do CNDH constatou a existência de dezenas de atos pendentes
99 de publicação no Diário Oficial da União (DOU) e elaborou uma listagem dessas pendências,
100 encaminhando à Secretaria Nacional de Proteção Global (SNPG) para publicação. Explanou que a
101 Mesa Diretora, em discussão, entendeu que as publicações das resoluções do Conselho devem ser
102 feitas integralmente no DOU e as publicações das recomendações apenas na plataforma do Participa
103 + Brasil. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota complementou realizando a leitura da Nota
104 Técnica nº 01/2021/CNDH/SNPG/MMFDH referente às pendências relativas à publicação de atos
105 exarados pelo CNDH. A Conselheira Karoline Aires Ferreira Vasconcelos observou que não há
106 discordância em relação ao pleito do Conselho, porém, explicou que, de acordo com a Lei nº
107 12.086/2014, o CNDH estaria na estrutura da administração pública e não goza de autonomia
108 completa. Relatou que a SNPG possui o entendimento que o Regimento Interno do Conselho
109 diferencia as resoluções das recomendações, visto que a publicização ou não das recomendações na
110 Plataforma Participa + Brasil é autônoma, assim como o envio ao destinatário. Com relação às
111 resoluções, observou que a publicação no DOU é uma condição para a sua eficácia, informando que
112 as publicações já foram iniciadas. Explicou que foi necessária realizar uma consulta à
113 CONJUR/MMFDH antes de dá seguimento a publicação da Resolução CNDH nº 41 e afirmou que

114 a intenção é buscar um consenso em relação à pauta tratada. O Conselheiro Everaldo Bezerra
115 Patriota observou que falta a compreensão de que o CNDH é um conselho de estado e o Presidente
116 Yuri Michael Pereira Costa afirmou que o Conselho não pode ficar vinculado ao parecer de uma
117 consultoria jurídica a qual não está ligado que na prática terá como resultado a protelação da
118 publicação dos seus atos de maneira indefinida. A Conselheira Karoline Aires Ferreira Vasconcelos
119 informou que está conduzindo a pauta de publicação e reorganização na SNPG, afirmando que as
120 suas ações têm o objetivo de construção de fluxo único para publicação de qualquer recomendação
121 ou resolução. Esclareceu que o parecer da CONJUR/MMFDH é opinativo e não vinculativo,
122 cabendo o CNDH deliberar por acatar ou não, assumindo o ônus desse posicionamento. O
123 Conselheiro Paulo Tavares Mariante concordou com a nota apresentada e registrou que a postura do
124 MMFDH cerceia as atividades do Conselho exatamente por ser um órgão público de estado,
125 afirmando que a publicidade das suas decisões é fundamental. O Presidente Yuri Michael Pereira
126 Costa destacou que essa pauta é muito relevante para o CNDH, sugerindo realizar uma reunião de
127 trabalho assim que houve qualquer retorno da CONJUR/MMFDH para avançar no entendimento e,
128 inclusive, na necessidade de deliberar sobre eventuais pareceres. A Conselheira Eneida Canêdo
129 Guimarães dos Santos salientou que as argumentações colocadas pelo Conselheiro Everaldo
130 Bezerra Patriota estão completamente corretas, explanando que a falta de publicação traz grandes
131 prejuízos para a participação social. Finalizadas as manifestações, o Presidente Yuri Michael
132 Pereira Costa colocou a Nota Técnica nº 01/2021/CNDH/SNPG/MMFDH em processo de votação,
133 sendo aprovada por maioria, com o registro dos seguintes votos favoráveis: PF, Câmara dos
134 Deputados – Minoria, OAB, CNPG, MNDH, CONAQ, UBM, CUT, ANAB, DHESCA BRASIL,
135 MNMMR CFP, ABGLT, DPU. Contrário: MMFDH. Abstenção: MPF. **Apresentação do**
136 **Relatório “A Fabricação, Comércio e Regulamentação de Armas e Equipamentos de**
137 **Segurança no Brasil”, produzido pela *Omega Research Foundation* com apoio da Justiça**
138 **Global - pesquisador da *Omega Research Foundation*, Matthew McEvoy com a presença de**
139 **Isabel Lima, Coordenadora da Justiça Global:** Recepcionado os convidados, o Sr. Matthew
140 McEvoy ressaltou que o debate sobre o comércio de equipamentos de segurança dentro da
141 perspectiva dos direitos humanos é importante, uma vez que existe a possibilidade de serem
142 utilizados para cometer violações. Em seguida, apresentou o relatório “A Fabricação, Comércio e
143 Regulamentação de Armas e Equipamentos de Segurança no Brasil”. Abrindo para manifestações, o
144 Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin agradeceu pela apresentação e informou que a Comissão

145 Terra recebeu denúncias sobre o uso de balas de borracha contra os movimentos defensores dos
146 direitos humanos no exercício do seu direito de manifestação. A Conselheira Mônica de Alkmim
147 Moreira Nunes observou que o uso das armas menos letais e outras acontecem dentro dos espaços
148 de privação de liberdade de adulto e de adolescentes, exemplificando. Afirmou que esse relatório
149 será muito importante para o CNDH e para os estados. O Conselheiro Joselito de Araújo Sousa
150 parabenizou pela elaboração do relatório e compreendeu que o debate aprofundado sobre o uso de
151 armamento menos letal é muito urgente e necessário. O Conselheiro Paulo Tavares Mariante
152 registrou que esse tipo de armamento é utilizado frequentemente contra a população de transvestis e
153 transexuais que realizam trabalhos sexuais, como também contra a população em situação de rua,
154 destacando a importância da divulgação desse relatório. Externadas todas as opiniões e
155 manifestações pelos conselheiros, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa solicitou que o relatório
156 seja encaminhado ao CNDH assim que for publicado para envio a todos os conselheiros,
157 especialmente, à coordenação da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública.

158 **Planejamento e organização de eventos do CNDH – Presidente Yuri Costa:** Projetado o
159 calendário com os eventos do CNDH, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa ressaltou a sua
160 importância, observando que a Secretaria Executiva do CNDH tem tido muitas dificuldades de
161 conciliação de todas essas atividades. Reforçou a necessidade de definir as datas de todos os
162 eventos. O Sr. Ítalo Bruno Lima Nonato solicitou que os conselheiros tenham sensibilidade no
163 planejamento das solenidades, uma vez que as transmissões compartilhadas não diminuem o
164 trabalho realizado pelas assessorias técnicas, administrativas e de comunicação. O Conselheiro
165 Getúlio Vargas de Moura Júnior registrou a necessidade de incluir a realização de três seminários
166 da Comissão de Direitos à Cidade no mês de outubro que versarão sobre os 20 anos do Estatuto das
167 Cidades e sobre o Dia do Habitat. A Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos observou
168 que não foi incluída a atividade pública *online* do Grupo de Trabalho sobre Proteção aos Direitos
169 das Pessoas em Situação de Deslocamentos Compulsórios, que será realizada no dia 11 de outubro.
170 O Presidente Yuri Michael Pereira Costa explicou que as demandas devem ser encaminhadas às
171 assessorias, passando ao próximo item de pauta. **Relato da 4ª Reunião do Grupo de Trabalho**
172 **sobre Proteção aos Direitos das Pessoas em Situação de Deslocamentos Compulsórios –**
173 **Conselheira Eneida Guimarães:** A Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos salientou a
174 presença efetiva dos membros do GT com raras exceções e apresentou a proposta de formulário
175 para levantamento de deslocamentos forçado no Brasil, explicando cada um dos seus itens. Relatou

176 que estão pretendendo realizar o lançamento desse formulário no seminário *online* do dia 11 de
177 outubro, que contará com presença da Profa. Luísa Pereira da Universidade Federal de Ouro Preto;
178 do Prof. Carlos Wagner; e do Presidente do CNDH, que farão uma exposição de abertura. O
179 Presidente Yuri Michael Pereira Costa parabenizou pelo trabalho realizado e explicou que não
180 haverá a necessidade de aprovação do plenário, uma vez que o GT possui a autonomia para essa
181 apreciação. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota esclareceu que o GT está propondo que o
182 pleno valide o formulário, uma vez que será um instrumento aberto para todos os segmentos e
183 possibilitará a elaboração de um mapa dos deslocados no país. Diante o esclarecimento, o
184 Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou o formulário para levantamento de deslocamentos
185 forçado no Brasil em processo de votação, sendo aprovado por unanimidade dos presentes. O
186 Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin solicitou que o MPF e a DPU realizassem o levantamento
187 dos seus casos de deslocamento forçados e envie para o GT, para que possam ter um amplo
188 levantamento. O Conselheiro Marcelo Chalréo indagou sobre a existência de prazo para resposta ao
189 formulário e o Presidente Yuri Michael Pereira Costa compreendeu que seria interessante a
190 elaboração de *card* específico sobre a forma de acesso e prazo de resposta. A Conselheira Eneida
191 Canêdo Guimarães dos Santos explicou que a discussão será retomada na próxima reunião para
192 definição de um prazo limite de resposta. Acrescentou que o GT também está trabalhando um
193 formulário para o levantamento de normativas existentes referentes à população em situação de
194 deslocamento compulsório. **Debate “Defesa da democracia: atual cenário político e propostas**
195 **legislativas em curso”, tema estratégico da reunião do Pleno em setembro/2021, para fins**
196 **debate e articulação da atuação do CNDH – Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael
197 Pereira Costa recebeu a Sra. Gisele Barbieri, Terra de Direitos e o Sr. Athayde Motta, Diretor
198 Executivo do IBASE, passando-os a palavra. A Sra. Gisele Barbieri cumprimentou a todos e
199 iniciou a sua explanação, discorrendo sobre a aprovação da nova Lei de Segurança Nacional que
200 trouxe vários questionamentos, uma vez que havia um consenso sobre a necessidade da revogação
201 da lei anterior. Informou que estão acompanhando o debate sobre o PL nº 1595/2019, o qual prevê a
202 criação de um sistema de ações contraterroristas e resgatou o acompanhamento da Lei nº
203 13.260/2016 que foi aprovada, explicando que há uma preocupação com a possibilidade de
204 classificação de terrorismo daquilo que não seja. Apresentou os nove pontos considerados críticos
205 no PL nº 1595/2019 que foram abordados na nota técnica elaborada, destacando que este é o
206 momento importante para manifestação contra essa proposta, uma vez que criminalizará os

207 movimentos sociais impedindo a luta por seus direitos. Havendo problemas na explanação do Sr.
208 Athayde Motta, abriu-se a palavra para manifestações dos conselheiros. O Conselheiro Everaldo
209 Bezerra Patriota relatou que a Comissão de Segurança Pública possui a proposta de aprofundar a
210 nota da Terra de Direitos ou adotá-la com uma posição do CNDH. Afirmou que o PL nº 1595/2019
211 é muito ruim, inclusive, por revogar o controle externo tratado na Constituição Federal de 1988.
212 Retomando as apresentações, o Sr. Athayde Motta registrou que o IBASE comemorará 40 anos de
213 existência em 2021, destacando a sua longa trajetória de serviços para democratização da sociedade
214 civil brasileira. Observou que o país está passando por um momento muito particular referente à
215 democracia tendo em vista o desmonte institucional, todavia, explanou que organizações, como o
216 CNDH e a sociedade civil, possuem um papel importante de busca de alternativas. Compreendeu
217 que há um fracionamento na parcela conservadora que pode apontar possíveis caminhos para
218 reverter à situação. Salientou a necessidade de identificar e avaliar as condições objetivas reais de
219 funcionamento a contento das instituições democráticas e de permanecer no desafio enfrentado
220 nesse momento. Abrindo novamente para as manifestações dos conselheiros, o Conselheiro
221 Everaldo Bezerra Patriota realizou uma provocação, questionando se o retorno à situação anterior
222 seria o salvamento da Constituição Federal de 1988. A Conselheira Mônica de Alkmim Moreira
223 Nunes manifestou que o estado democrático de direito do Brasil é diferente para cada grupo,
224 entendendo que é necessário lutar pelas estruturas positivadas ao direito humano. O Conselheiro
225 Leandro Gaspar Scalabrin registrou que a Lei de Segurança Nacional foi utilizada contra os
226 movimentos populares e criou a ação preventiva utilizada pelos Estados Unidos contra o Iraque.
227 Concordou que o Brasil nunca viveu um estado de direito efetivo para todos e citou o relatório do
228 Grupo Interdisciplinar de Especialistas Independentes que analisou e produziu um informe sobre os
229 acontecimentos na Bolívia entre 1º de setembro e 31 de dezembro de 2019. Ponderou que o grande
230 risco vivido pela democracia está relacionado ao terrorismo de estado por determinados grupos os
231 quais estão tentando cercear instituições e criar um caos generalizado. O Vice-Presidente Darci
232 Friego inferiu que é necessário refletir que o Pacto Constituinte está sendo atacado apesar dos seus
233 limites, observando que estão vivendo um momento que desafia qualquer tipo de reflexão. Sugeriu,
234 talvez, pensar na possibilidade de reforçar a aliança do CNDH com as instituições de direitos
235 humanos para explorar intervenções coletivas. Com relação ao PL nº 1595/2019, discorreu que a
236 comissão que cuida dessa área se debruçará no esforço de trazer elementos, a partir dos materiais
237 existentes, para enfrentar mais esse ataque à democracia. A Sra. Gisele Barbieri observou que o

238 processo de criminalização e de violência é um projeto de governo, entendendo que é salutar
239 ficarem alertas. Destacou a importância de lembrar os avanços trazidos pela Constituição Federal
240 1988, mas também inferiu devem lutar pela implementação desses avanços. Afirmou que o PL nº
241 1595/2019 é um projeto de morte, de destruição e de criminalização. O Sr. Athayde Motta inferiu
242 que a Constituição Federal de 1988 não será respeitada novamente na medida em que já foi
243 desrespeitada. Entendeu que o CNDH precisa retornar a realizar denúncias que possuem impactos
244 relevantes no cenário internacional, visto que é fundamental para trazer a atenção necessária para a
245 situação enfrentada pelo país. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa registrou que a Comissão de
246 Direitos Humanos e Segurança do CNDH já está em posse da nota da Terra de Direitos e tomará as
247 devidas providências. Lembrou sobre a necessidade de abertura de um canal de comunicação sobre
248 a democracia com outras instituições que podem ter interesse de articulação de medidas. Informou
249 que será realizada uma reunião com o Procurador Federal dos Direitos do Cidadão para pautar sobre
250 a violência política na *internet*, entendendo que seria o início de uma aproximação, que deve ser
251 feita por instituição na sua avaliação. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin sugeriu que o Dr.
252 Marlon A. Weichert, que participou Grupo Interdisciplinar de Especialistas Independentes, fosse
253 ouvido na próxima plenária. O Vice-Presidente Darci Frigo concordou com a sugestão colocada,
254 entendendo que o relatório poderá apresentar movimentações anteriores. Sugeriu também que o
255 CNDH analisasse a denúncia realizada pelo Conselheiro Antônio Fernandes de Jesus Vieira –
256 Dinamam Tuxá referente à 2ª Marcha Nacional das Mulheres Indígenas. O Presidente Yuri Michael
257 Pereira Costa acatou a sugestão, realizando a leitura da carta conjunta enviada ao CNDH pela
258 Anistia Internacional, ARTIGO 19, Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo
259 Evaristo Arns, Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, Conectas
260 Direitos Humanos, INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos, Instituto Socioambiental,
261 Justiça Global, Terra de Direitos e WWF-Brasil. Não havendo comentários, colocou em processo de
262 votação a proposta de oficiar as seguintes autoridades competentes para garantir a segurança e os
263 direitos da mobilização das mulheres indígenas que estão acampadas em Brasília: Secretário de
264 Segurança Pública do Distrito Federal, Governador do Distrito Federal, Procuradoria Federal dos
265 Direitos do Cidadão (PFDC), DPU, Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
266 (ACNUR), CIDH, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Aprovada por
267 unanimidade, estando presentes: PF, OAB, MNDH, CONAQ, CUT, ANAB, DHESCA BRASIL,
268 MNMMR, CFP, ABGLT, ANCED, DPU. O Vice-Presidente Darci Frigo inferiu que, talvez, fosse

269 oportuna uma ligação do Presidente para o Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal ou
270 para o Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública para tratar dessa situação, no
271 sentido de garantir que a marcha aconteça. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa acatou a
272 sugestão, solicitando que a Secretaria Executiva providencie os contatos. **Apreciação do Relatório**
273 **de Missão relativa ao Massacre na Comunidade de Jacarezinho, Rio de Janeiro – Conselheira**
274 **Mônica Alkmin:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa contextualizou as discussões realizadas
275 que culminaram na elaboração do referido relatório, destacando o trabalho feito pelo assessor João
276 Vitor e pelos conselheiros que participaram da missão. A Conselheira Mônica de Alkmim Moreira
277 Nunes apresentou um breve relato sobre a missão realizada à Comunidade de Jacarezinho/RJ após a
278 ação policial. Comentou que essa ação foi composta por 200 policiais, quatro veículos blindados e
279 dois helicópteros, na qual havia o objetivo de cumprir 21 ordens judiciais de prisão, porém, apenas
280 três foram cumpridas e causou 28 mortes. Destacou a necessidade de repensar a política de
281 segurança pública no estado do Rio de Janeiro, passando a palavra aos demais conselheiros que
282 participaram da missão. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota informou que o Ministério
283 Público do Estado do Rio de Janeiro buscou a justiça para obtenção de liminar para ter acesso às
284 roupas das pessoas mortas durante a ação policial que estavam no Instituto Médico-Legal (IML), o
285 que mostra a gravidade institucional em relação ao direito humano básico fundamental e coletivo
286 das comunidades do Rio de Janeiro. Observou que não há política de segurança no estado e lembrou
287 que o CNDH também realizou uma missão em 2019, na qual recomendou o fortalecimento do
288 Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública (GAESP). O Conselheiro Marcelo Chalréo
289 discorreu que estão assistindo, no estado do Rio de Janeiro e não apenas nesse estado, um concurso
290 de agentes que envolve o Poder Legislativo, o Ministério Público, o Poder Executivo e o Poder
291 Judiciário ignorando todos os tipos de barbárie cometidas pelas forças de segurança. Compreendeu
292 que devem ser envidados todos os esforços possíveis para dá maior publicidade ao relatório dessa
293 missão, inclusive encaminhando à CIDH. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa destacou a
294 ausência de estrutura mínima, de procedimento e de preocupação do Ministério Público com o
295 controle externo da atividade policial. Explicou que tentaram ser coerentes com o histórico de
296 atuação do CNDH no relatório, explanando que muitas das recomendações tratam sobre
297 procedimentos que poderiam ser feitos para evitar boa parte das atrocidades acontecidas.
298 Apresentadas as conclusões e as recomendações do Relatório de Missão relativa ao Massacre na
299 Comunidade de Jacarezinho/RJ, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa questionou se haveria

300 alguma observação a ser realizada e não havendo, colocou o Relatório de Missão relativa ao
301 Massacre na Comunidade de Jacarezinho/RJ em processo de votação. Aprovado por unanimidade,
302 estando presentes: PF, OAB, CNPG, MNDH, CONAQ, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL,
303 MNMMR, CFP, ABGLT, ANCED, DPU, MMFDH. O Conselheiro Marcelo Chalréo solicitou que
304 o relatório seja encaminhado por ofício ao relator da ADPF nº 365, à Comissão dos Direitos
305 Humanos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e à CIDH e à Corte Interamericana dos
306 Direitos Humanos, o que foi acatado. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota sugeriu acrescentar
307 a PFDC, o que também foi acatado. **Relato da 13ª e 14ª Reunião do Grupo de Trabalho**
308 **constituído a partir de medida cautelar deferida pelo STF na ADPF n.º 742, que tem por**
309 **finalidade debater, aprovar e monitorar a execução de Plano Nacional de Combate aos Efeitos**
310 **da Pandemia de Covid-19 nas Comunidades Quilombolas Processo SEI nº 90790.001104/2020-**
311 **27 – Vice-Presidente Darci Frigo:** O Vice-Presidente Darci Frigo relatou que a 13ª e 14ª Reunião
312 do GT trataram sobre a questão da vacinação, de medidas sanitárias e de acesso à alimentação e à
313 água. Informou que a decisão do Ministro Edson Fachin do dia 23 de agosto cita que: “*Diante a*
314 *omissão do Estado Brasileiro em garantir a proteção territorial das comunidades quilombolas, a*
315 *União deve apresentar, em 15 dias, metas e dotação orçamentária para finalização dos processos*
316 *de titulação das comunidades distribuídas pelo país.*”. Acrescentou que foram tratadas várias
317 questões na 14ª Reunião, inclusive, relacionada à elaboração de uma portaria para aprimoramento
318 da atenção primária em saúde para a população quilombola e à utilização de recursos da Portaria nº
319 894 para povos e comunidades tradicionais. Além disso, o Conselho Nacional de Secretários de
320 Saúde (CONASS) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) foram
321 convocados a comparecer, uma vez que os grandes problemas estão localizados na ponta. Informou
322 que os dados sobre a vacinação da população quilombola podem ser acessados pelos conselheiros
323 através do VacinômetroSUS Quilombola. **Relato da 25ª Reunião da Comissão Permanente dos**
324 **Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade – Conselheira Vivian Mendes:**
325 Retirado de pauta devido à ausência justificada da conselheira. **Relato da 6ª Reunião da Comissão**
326 **de Litigância Estratégica – Conselheiro Everaldo Patriota:** O Conselheiro Everaldo Bezerra
327 Patriota informou que a Comissão, em sua 6ª reunião, aprovou o parecer de admissibilidade do
328 CNDH como *amicus curiae* na Ação Civil Pública nº 0813132-12.2021.4.05.8300 e apreciou o
329 resultado do trabalho do Comitê de Avaliação das Estratégias na ADPF nº 795 – PNDH 3, no qual
330 solicita auxílio do CNDH na mobilização de algum ente que possui legitimação para propor uma

331 ação para enfrentar o acionamento indiscriminado do art. 36, §1º do Decreto nº 9191/2017. Ainda,
332 estão propondo à DPU o ingresso como *amicus curiae* na ADPF 795. Arrazouo que a Comissão
333 está sugerindo que o CNDH faça uma proposta de diálogo com os Ministros Relatores da ADI nº
334 6121 e da ADPF nº 795, visando à inclusão em pauta e o julgamento conjunto das duas ações.
335 Complementou que também está sugerindo a construção de agendas com relatorias especiais da
336 CIDH, em especial, de liberdade de expressão e de direitos econômicos sociais e culturais, visando
337 identificar aportes jurídicos usados para estruturar ações direcionadas ao incremento da
338 transparência da participação popular na formulação, execução e acompanhamento de políticas
339 públicas. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa esclareceu que os ofícios deliberados durante a
340 reunião podem ser encaminhados pela Secretaria Executiva, sendo que ficará com a
341 responsabilidade de realizar a discussão com os relatores aprovados. Apresentado o parecer de
342 admissibilidade sobre o ingresso do Conselho Nacional dos direitos humanos na qualidade de
343 *amicus curiae* na Ação Civil Pública nº 0813132-12.2021.4.05.8300, colocou-o em processo de
344 votação, sendo aprovado por unanimidade, estando presentes: PF, OAB, CNPG, MNDH, CONAQ,
345 FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP, ABGLT, ANCED, DPU, MMFDH. **Relato e**
346 **encaminhamentos da 5ª Reunião da Comissão Permanente sobre Segurança Pública e Direitos**
347 **Humanos – Conselheiro Everaldo Patriota:** Antes de iniciar o relato da reunião da Comissão, o
348 Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota informou que representou o CNDH, juntamente com o
349 Conselheiro Paulo Tavares Mariante, no Comitê Gestor de Desaparecidos, no qual tomaram o
350 conhecimento que o país possui 26 mil restos mortais não identificados. Discorreu que levou essa
351 informação à Comissão que aprovou a recomendação às autoridades centrais dos estados e do
352 Distrito Federal recomendando a imediata adoção de meios suficientes para realização de um
353 mutirão para identificação desses restos mortais por seus respectivos IMLs. Agradeceu à presteza
354 do CNDH em relação às providências tomadas referente ao Dia 7 de Setembro. Seguindo, relatou
355 que houve o entendimento que a Nota Técnica da Plataforma DHESCA é suficiente como
356 manifestação de contrariedade da aprovação do PL nº 1595/2019, podendo o CNDH adotá-la como
357 posicionamento. Explanou que receberam o detalhamento do Projeto Mirante proposto pelo Grupo
358 de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI) da Universidade Federal Fluminense para detalhamento
359 de atividades do CNDH. Finalizado o relato, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa questionou se
360 haveria alguma oposição em relação à participação do CNDH no Projeto Mirante e não havendo, foi
361 aprovado por unanimidade o detalhamento de atividades do CNDH relativamente ao Projeto

362 Mirante proposto pelo GENI, estando presentes: PF, OAB, CNPG, MNDH, CONAQ, FNDC,
363 ANAB, DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP, ABGLT, ANCED, DPU, MMFDH. Apresentada a
364 Recomendação nº 32, de 2021, que recomenda aos Estados e ao Distrito Federal a imediata adoção
365 de providências para identificação de restos mortais por seus respectivos Institutos Médico-Legais -
366 SEI 00135.220410/2021-82, colocou-a em processo de votação, sendo aprovada por unanimidade,
367 estando presentes: PF, OAB, CNPG, MNDH, CONAQ, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL,
368 MNMMR, CFP, ABGLT, ANCED, DPU, MMFDH. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota
369 solicitou que fosse enviado ofício ao Comitê Gestor de Desaparecidos do Ministério da Justiça e
370 Segurança Pública para informar a deliberação do CNDH, o que foi acatado. **Relato da Comissão**
371 **Permanente de Direito Humano à Alimentação Adequada – Conselheiro Getúlio Vargas:** Na
372 ausência do Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa
373 informou que foi realizado o Seminário “Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável: Os
374 desafios da volta à fome no Brasil”, no dia 3 de setembro, no qual contou com a presença de
375 especialistas no tema. **Conclusão do 1º dia da 24ª Reunião Extraordinária do CNDH –**
376 **Presidente Yuri Costa:** Não havendo mais tempo hábil para outras discussões, o Presidente Yuri
377 Michael Pereira Costa registrou o seu agradecimento à participação de todos, encerrando o 1º dia de
378 reunião. **9h - Abertura do 2º dia de Reunião Extraordinária do CNDH - Presidente Yuri**
379 **Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa iniciou o 2º dia de reunião cumprimentando a
380 todos e desejando boas-vindas aos conselheiros e às pessoas que estão acompanhando a reunião
381 pelas redes sociais. **Informes e orientações gerais:** O Conselheiro Marcelo Chalréo informou que,
382 no dia 9 de setembro, foi realizado o julgamento do Marco Temporal Indígena no Supremo
383 Tribunal Federal (STF) com a conclusão do voto do Ministro Edson Fachin contrário à tese e com a
384 interrupção do voto do Ministro Nunes Marques, ponderando que o julgamento será retomado na
385 próxima semana. Informou também que será instalado o Tribunal dos Povos em Defesa do Cerrado
386 neste dia, solicitando que a equipe técnica do CNDH disponibilizasse o *card* do Tribunal para
387 acesso à sessão. O Conselheiro Paulo Tavares Mariante registrou que o assassinato do Prefeito
388 Antônio da Costa Santos, em Campinas/SP, completa 20 anos neste dia, comunicando que o
389 Ministério Público do Estado de São Paulo solicitou o arquivamento do inquérito ainda sem
390 conclusão. Externou a sua indignação com a situação, afirmando que continuaram a luta. Relatou
391 que encaminhará um vídeo com a síntese desse caso e solicitou a sua divulgação. **Relato do Grupo**
392 **de Trabalho sobre o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas**

393 **Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP) – Conselheiro**
394 **Rogério Giannini:** O Conselheiro Rogério Giannini registrou que não há relato a ser realizado.
395 **Relato e encaminhamento da 30ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População**
396 **em Situação de Rua – Conselheira Mairla da Silva Feitosa e Conselheiro Eduardo de**
397 **Carvalho Mota:** Retirado de pauta devido à ausência dos conselheiros. **Relato da 3ª Reunião da**
398 **Comissão Especial sobre Direitos Humanos e Pandemia – Conselheiros Rogério Giannini e**
399 **Getúlio Vargas:** O Conselheiro Rogério Giannini relatou sobre a realização do 2º Seminário da
400 Comissão Especial, que será realizado no dia 18 de outubro, das 14h às 18h. **Relato da 13ª**
401 **Reunião do Grupo de Trabalho sobre Mineração, Meio Ambiente e Direitos Humanos –**
402 **Conselheiro Leandro Scalabrin:** O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin discorreu que o GT
403 está trabalhando no relatório referente ao rompimento de barragem da empresa *Equinox Gold* no
404 estado do Maranhão a partir dos pareceres elaborados pelos consultores designados por esse
405 plenário, destacando que pretendem apresentá-lo na próxima reunião para apreciação. Explanou que
406 a Sra. Andréa Barreto realizou missão pelo GT para buscar subsídios para produção de relatório
407 sobre o caso de Barcarena/PA, entre os dias 30 de agosto e 13 de setembro, o qual subsidiará a
408 produção de um relatório geral com recomendações sobre o tema de direitos humanos, barragens e
409 mineração. **Informes e deliberações sobre as atividades do Grupo de Trabalho sobre Direitos**
410 **Humanos e Enfrentamento da Violência Política na Internet – Conselheira Elisabeth Villela**
411 **Costa:** Na ausência da Conselheira Elisabeth Villela Costa, o Presidente Yuri Michael Pereira
412 Costa registrou a realização de reunião virtual com o Procurador Federal dos Direitos do Cidadão
413 na próxima terça-feira, às 10h, para discussão da temática e de atuação conjunta entre a PFDC e o
414 CNDH. **Relato e encaminhamento da 32ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos dos**
415 **Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações**
416 **Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais**
417 **Envolvidos em Conflitos Fundiários – Conselheiras Sandra Maria da Silva Andrade, Ayala**
418 **Lindabeth Dias Ferreira; Conselheiros Leandro Scalabrin e Dinamam Tuxá:** O Conselheiro
419 Leandro Gaspar Scalabrin justificou a ausência da Conselheira Sandra Maria da Silva Andrade que
420 está em deslocamento para realização de missão referente ao assassinato do quilombola Binho.
421 Arrazoou que existem muitas demandas de escuta ao CNDH, entendendo que há a necessidade de
422 designar conselheiros para realizar essa oitiva em alguns casos, para além das reuniões da
423 Comissão. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa lembrou que foi agendada uma oitiva da

424 Comissão, no dia 14 de setembro, sobre os procedimentos internos do Instituto Nacional de
425 Colonização e Reforma Agrária (INCRA) relacionados às auditorias realizadas com o propósito de
426 anular procedimentos de titulação de terras ocupadas tradicionalmente por quilombos. O
427 Conselheiro Marcelo Chalhó entendeu que a Mesa Diretoria deveria pensar na possibilidade de
428 realizar parte das oitivas nas reuniões das comissões ou em reuniões específicas. O Conselheiro
429 Leandro Gaspar Scalabrin discorreu que a Comissão teve como prioridade o acompanhamento da
430 realização de escuta dirigida com representantes da CONAQ de todos os estados a fim de colher
431 subsídios sobre a situação da demarcação dos territórios quilombolas no país, na qual ficou
432 destacada a existência de racismo estrutural. Relatou que outra ação prioritária da Comissão está
433 relacionada às atividades desenvolvidas pelo Conselheiro Antônio Fernandes de Jesus Vieira –
434 Dinamam Tuxá de acompanhamento da mobilização e da luta dos povos indígenas pelos seus
435 direitos em Brasília/DF. Com relação à pauta concreta da reunião, explicou que foram apreciados
436 os seguintes itens: oitiva da Comunidade Remanescente do Quilombo Vidal Martins de Santa
437 Catarina; discussão procedimentos internos do INCRA utilizados para anular procedimentos de
438 titulação de terras ocupadas tradicionalmente por quilombos; relato da Comunidade Nova Betel de
439 Tomé-Açu/PA; oitiva dos representantes de uma comunidade quilombola que será atingida pela
440 duplicação da BR 386 no Rio Grande do Sul e informe sobre a ADPF nº 742. Observou que será
441 necessário deliberar sobre a solicitação da CONAQ para realização de audiência temática para
442 apresentação dos direitos humanos das comunidades quilombolas do Brasil referente às violações
443 de direitos nos processos de demarcação de seus territórios. Ilustrou que estão sugerindo a sua
444 realização no dia 23 de novembro. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa questionou se haveria
445 alguma observação em relação à proposta apresentada e não havendo, colocou-a em processo de
446 votação. Aprovada por unanimidade, estando presentes: OAB, CNPG, UMB, CUT, ANAB,
447 DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP, ABGLT, ANCED, CONAM, DPU, MMFDH, Câmara dos
448 Deputados – Minoria. Dando sequência, o Conselheiro Marcelo Chalhó explicou sobre as duas
449 propostas de audiências públicas para tratar sobre o caso de Matopiba e da Resolução CNJ nº 287,
450 com convites a autoridades federais, entidades da sociedade civil e entre outros, a serem realizadas,
451 respectivamente, no dia 4 de novembro e nos primeiros dias no mês de dezembro. O Presidente
452 Yuri Michael Pereira Costa questionou se haveria alguma observação em relação às propostas
453 apresentadas e não havendo, colocou-as em processo de votação. Aprovadas por unanimidade,
454 estando presentes: OAB, CNPG, UMB, CUT, ANAB, DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP,

455 ABGLT, ANCED, CONAM, DPU, MMFDH, Câmara dos Deputados – Minoria. Antes de seguir
456 para o próximo item de pauta, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa resgatou a provocação feita
457 ao CNDH pelo MMFDH sobre a elaboração do relatório da CIDH referente à situação dos direitos
458 humanos no Brasil em 2021, informando que foi enviado *e-mail* para todas as coordenações de
459 comissões, subcomissões e grupos de trabalho, convidando para elaboração de relato sucinto sobre
460 as situações de violação dos direitos humanos, com prazo de envio até dia 17 de setembro.
461 Retornando à **aprovação da ata da 22ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos**
462 **Direitos Humanos:** A Conselheira Karoline Aires Ferreira Vasconcelos registrou que as alterações
463 foram encaminhadas à Secretaria Executiva, contextualizando-as. Acatadas as alterações realizadas,
464 o Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou a Ata em processo de votação, sendo aprovada por
465 unanimidade dos presentes. **Relato e encaminhamentos da Comissão Permanente Defensores**
466 **dos Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais –**
467 **Conselheira Márcia Regina Ribeiro Teixeira e Conselheiro Dinamam Tuxá:** A Conselheira
468 Márcia Regina Ribeiro Teixeira relatou que a Comissão deliberou pela identificação de uma data
469 para reunião com o Fórum Nacional de Entidades Gestoras do PPDDH, com objetivo de ouvir as
470 representações dos estados. Dando sequência, o Conselheiro Paulo Tavares Mariante apresentou a
471 Nota Pública do CNDH sobre violência política de gênero e raça no Brasil, destacando a
472 necessidade de buscar medidas mais efetivas contra esse tipo de violência. O Presidente Yuri
473 Michael Pereira Costa colocou a Nota Pública em processo de votação, sendo aprovada por
474 unanimidade dos presentes. **Informes e deliberações da 18ª Reunião da Comissão de**
475 **Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em Matéria de**
476 **Direitos Humanos – Vice-Presidente Darci Frigo:** O Vice-Presidente Darci Frigo relatou que
477 parte da agenda da Comissão vem sendo tratada pela Mesa Diretora, afirmando que a prioridade
478 institucional é o credenciamento do CNDH como INDH, o qual não há nenhuma novidade no
479 momento. Postulou que foi proposto que o Conselho solicite ao MMFDH destaque de sua página no
480 *site* para facilitação do acesso aos conteúdos, como também nos *sites* das entidades que o compõe.
481 Informou que não foi possível realizar a audiência com o Ministério das Relações Exteriores e o
482 MMFDH nos meses de julho, porém, deverá acontecer no dia 19 de novembro. Acrescentou que será
483 realizada a segunda audiência no dia 2 de dezembro para monitorar e avaliar as posições e as
484 políticas do governo brasileiro. Explanou que a Comissão se dividiu em vários subgrupos para
485 realizar o monitoramento de casos emblemáticos a partir das denúncias enviadas à CIDH,

486 informando que está sendo construída uma proposta para apreciação do CNDH. Destacou que foi
487 deliberada a realização de uma incidência junto à Organização para a Cooperação e
488 Desenvolvimento (OCDE), sendo que foi elaborada uma proposta de recomendação sobre o
489 cumprimento das obrigações internacionais relativas a Empresas Multinacionais. Contextualizada a
490 proposta de recomendação pelo Sr. Leonardo Pinho, a Sra. Renata Sudart realizou a sua leitura,
491 explicando que os termos inseridos são exatamente aqueles que estão nas obrigações do Ponto de
492 Contato Nacional para Implementação das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais.
493 Em seguida, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou a recomendação sobre o
494 cumprimento das obrigações internacionais relativas a Empresas Multinacionais em processo de
495 votação, sendo aprovado por unanimidade dos presentes. O Vice-Presidente Darci Frigo arrazoou
496 que a Comissão reforçou a decisão da Mesa Diretora de elaboração dos ofícios à CIDH e à ACNUR
497 sobre os atos antidemocráticos e compreendeu que deverá ser elaborada uma manifestação sobre
498 acordo entre o MERCOSUL e a União Europeia na próxima reunião da Comissão. Ilustrou que
499 provavelmente será elaborada uma proposta sobre a criação de uma área de acompanhamento das
500 denúncias. **Relato Subcomissão Permanente de Políticas de Drogas e Saúde Mental –**
501 **Conselheiro Rogério Giannini:** O Conselheiro Rogério Giannini registrou que não há relato a ser
502 realizado. **Deliberações da 24ª Reunião da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à**
503 **Liberdade de Expressão – Conselheira Elisabeth Villela Costa:** Retirado de pauta devido à
504 ausência da conselheira. **Informes de deliberações da Comissão Permanente de Promoção e**
505 **Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTQIA+, Promoção da Igualdade Racial**
506 **e Enfrentamento ao Racismo - Conselheiras Sandra Maria da Silva Andrade, Eneida**
507 **Guimarães e Lucileine da Silva Souza e Conselheiro Paulo Mariante:** O Conselheiro Paulo
508 Tavares Mariante comunicou que a Comissão não se reuniu, explanando que, durante esse período,
509 foi realizado o encaminhamento de algumas questões que necessitam de deliberação na próxima
510 reunião e reorganizado o processo da Comissão referente à atualização de dados dos seus
511 integrantes. A Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos complementou discorrendo que
512 será necessário retornar algumas proposituras em relação ao enfrentamento ao feminicídio, para que
513 o poder público possa efetivar medidas de redução a esse tipo de crime que tem aumentado
514 significativamente. **Relato da Comissão Especial sobre Participação Social - Conselheira**
515 **Mônica Alkmim:** Na ausência da conselheira, o Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior
516 reforçou a realização de diversos painéis relacionados à participação social como pilar do estado

517 democrático, informando sobre os próximos serem a realizados: dia 16 de setembro, das 10h às 12h
518 - Painel “Interação democrática entre estado e sociedade civil: Uma agenda a proteger”; dia 23 de
519 setembro, das 10h às 12h – Painel “Fortalecimento dos direitos humanos como instrumento
520 transversal das políticas públicas e da interação democrática”; dia 30 de setembro, das 10h às 12h –
521 Painel “Integração e ampliação dos sistemas de informação de direitos humanos, construção de
522 mecanismos, avaliação e monitoramento de sua efetivação”. Reforçou a importância dos
523 conselheiros e da sociedade de potencializar esses três painéis que serão realizados. Em seguida,
524 apresentou a proposta de recomendação do CNDH que recomenda ações contrárias à inclusão do
525 termo velhice, sob o código MG2A, no capítulo 21 da Classificação Internacional de Doenças - CID
526 11. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa destacou a importâncias dos painéis e colocou em
527 processo de votação a proposta de recomendação, sendo aprovada por unanimidade dos presentes.
528 **Relato da 14ª Reunião da Comissão Permanente de Direito à Cidade - Conselheira Márcia**
529 **Regina Ribeiro Teixeira e Conselheiro Getúlio Vargas:** O Conselheiro Getúlio Vargas de Moura
530 Júnior elucidou que a Comissão tem conseguido manter a regularidade da qualidade das reuniões,
531 sendo que apenas não conseguiram elaborar uma recomendação sobre os elevados reajustes das
532 tarifas, especialmente, de energia elétrica. Registrou a grande repercussão da Resolução CNDH nº
533 17 que trata dos despejos administrativos, comunicando que há pretensão de realizar uma oficina no
534 3º Fórum Nacional BrCidades para debater essa resolução e os seus impactos. Complementando o
535 **Relato da Comissão Permanente de Direito Humano à Alimentação Adequada – Conselheiro**
536 **Getúlio Vargas:** O Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior registrou a realização do
537 Seminário do Direito à Alimentação Adequada no dia 3 de setembro, na qual foi indicada, como
538 apontamentos, a necessidade de fortalecimento da Conferência Popular pelo Direito à Alimentação
539 Adequada e do acompanhamento da ADPF nº 831. Com a chegada do Conselheiro Eduardo de
540 Carvalho Mota, passou-se ao **Relato e encaminhamento da 30ª Reunião da Comissão**
541 **Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua**, que havia sido retirado de pauta. O
542 Conselheiro Eduardo de Carvalho Mota informou que a Conselheira Mairla da Silva Feitosa tem
543 registrado algumas ausências nas reuniões da Comissão por motivo de saúde, sendo que se cogitou
544 a possibilidade de sua substituição. Relatou que a reunião contou com a presença de 13 membros e
545 houve avanços em relação à disseminação da Resolução CNDH nº 40/2020. Acrescentou que estão
546 atentos à pauta da aprovação da resolução do CNJ. **Relato e encaminhamentos da 18ª Reunião da**
547 **Comissão Permanente de Direito ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social –**

548 **Coordenadora Virgínia Berriel e convidada Margareth Dallaruvera:** A Conselheira Virgínia
549 Dirami Berriel discorreu que a Comissão realizou um debate importante sobre a MP nº 1045 com a
550 presença do Dr. Valter Souza Pugliesi, Diretor Legislativo da ANAMATRA e do Dr. Antônio de
551 Oliveira Lima, Diretor Legislativo do MPT, sendo que também foi abordada a PEC da Reforma
552 Administrativa. Registrou que também receberam a Sra. Margareth Alves Dallaruvera, que
553 denunciou ataques à liberdade sindical por parte de gestores municipais e a prática de condutas
554 antissindicais pelo município do Rio de Janeiro contra a sua pessoa. A Sra. Margareth Alves
555 Dallaruvera contextualizou a sua trajetória profissional, informando que foi condenada com a
556 suspensão por 90 dias pela 2ª Comissão de Inquérito, que entendeu irregular a sua liberação verbal
557 para atividade sindical. Complementou relatando que o processo foi revisto e houve a diminuição
558 de 90 para 45 dias de suspensão, porém, o processo foi encaminhado ao Tribunal de Contas do
559 Município do Rio de Janeiro para definir sobre a necessidade de devolução das remunerações
560 indevidas. Apresentada a proposta de Nota Pública do CNDH de repúdio em razão da prática de
561 condutas antissindicais em face da servidora do Município do Rio de Janeiro, Sra. Margareth Alves
562 Dallaruvera, o Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota externou a sua preocupação em emitir uma
563 nota que possa trazer um desconforto ao CNDH, questionando se a Comissão teve acesso ao
564 processo disciplinar. Sugeriu que a Comissão analisasse o processo, uma vez que a servidora
565 relatou que a sua liberação para atividade sindical foi realizada verbalmente e não houve nenhum
566 ato administrativo formal liberando-a. O Conselheiro Marcelo Chalréo discorreu que também lhe
567 causa preocupação a realização dessas concessões através de atos verbais, concordando com a
568 sugestão apresentada pelo Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota. Acatada a sugestão pela
569 Conselheira Virgínia Dirami Berriel, realizou-se a apresentação da Recomendação do CNDH
570 referente às denúncias sobre ataques à liberdade sindical. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa
571 observou que a recomendação possui uma série de disposições extremamente cabíveis e oportunas
572 quanto à defesa da liberdade sindical, porém, compreendeu que as disposições relacionadas à
573 apuração do Processo Administrativo Disciplinar (PAD) não deveriam existir de acordo com o
574 posicionamento anterior. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota sugeriu que a recomendação seja
575 readequada de acordo com a institucionalidade do papel do CNDH e o Conselheiro Marcelo
576 Chalréo propôs que a adequação da nota e da recomendação tivesse caráter similar ao tratamento
577 genérico e institucional feito nos casos de homofobia da Basf e de atitude antissindical praticada
578 contra dirigentes da Federação Única dos Petroleiros (FUP). A Conselheira Virgínia Dirami Berriel

579 concordou com a proposta de adequação da recomendação e da nota nos patamares utilizados para
580 os casos citados. Dando sequência ao relato, informou que a Comissão recebeu uma denúncia em
581 relação à EMBRAPA que exigiu o retorno imediato ao trabalho presencial de todos os seus
582 colaboradores. Diante essa situação, relatou que foi elaborada uma recomendação, todavia, discorreu
583 que a EMBRAPA recuou em sua decisão e prorrogou esse retorno para o dia 30 de outubro.
584 Apresentada a proposta de recomendação do CNDH à EMBRAPA, o Conselheiro Marcelo Chalréo
585 sugeriu incluir, no item relacionado ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, a seguinte redação:
586 “*Que mantenha as medidas administrativas, sociais e de poder de política do Estado do Rio de*
587 *Janeiro...*”, o que foi acatado. Não havendo mais nenhuma observação, o Presidente Yuri Michael
588 Pereira Costa colocou-a em processo de votação, sendo aprovada por unanimidade dos presentes.

589 **Relato encaminhamentos da 7ª e 8ª Reunião da Comissão Especial para revisão do Regimento**
590 **Interno do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – Presidente Yuri Costa:** O Presidente
591 Yuri Michael Pereira Costa informou que a Comissão está avançando nos trabalhos, observando
592 que declinará do relato devido ao horário avançado. **Relato da 15ª Reunião do Grupo de**
593 **Referência do Pacto Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos - Conselheira Eneida**
594 **Guimarães:** A Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos discorreu que o Grupo de
595 Referência elaborou a proposta de programação do 5º Encontro Nacional da Rede de Conselhos de
596 Direitos Humanos, ponderando que ainda há algumas questões pendentes referentes à confirmação
597 de indicações para algumas mesas. Arrazou que foi finalizada a proposta de resolução conjunta
598 que estabelece diretrizes para o fortalecimento dos Conselhos de Direitos Humanos e deliberação
599 quanto à adesão do CNDH a partir das contribuições já realizada. O Presidente Yuri Michael
600 Pereira Costa analisou que a programação do 5º Encontro Nacional já está acessível a todos os
601 conselheiros, sugerindo que seja uma referência, inclusive, podendo receber contribuições. Com
602 relação à resolução conjunta, explicou que o CNDH deve aderir ou não esse documento, afirmando
603 que não há a possibilidade de novas alterações. A Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos
604 Santos acatou a sugestão do Presidente, informando que o Encontro Nacional da Rede de Conselhos
605 de Direitos Humanos será realizado nos dias 5 e 6 de outubro. Destacou a importância da presença
606 dos conselheiros para contribuir com as discussões temáticas, solicitando que aqueles que se
607 dispuserem devem lhe encaminhar um *e-mail*. Apresentado o texto da Resolução Conjunta, a
608 Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos contextualizou os trabalhos realizados e
609 destacou os pontos mais importantes da referida resolução. O Presidente Yuri Michael Pereira

610 Costa colocou a proposta de adesão à Resolução Conjunta em processo de votação, sendo aprovada
611 por unanimidade dos presentes. **Conclusão e Encerramento da 24ª Reunião Extraordinária do**
612 **CNDH - Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa registrou o seu
613 agradecimento à participação de todos, finalizando a reunião.